

Edital Nr. 012/2017/ PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
03/12/17

Instruções para realização da Prova

1. Confira se o nome impresso no Cartão Resposta corresponde ao seu, e se as demais informações estão corretas. Caso haja qualquer irregularidade, comunique imediatamente ao fiscal. Assine no local indicado.
2. A prova é composta por 25 (vinte e cinco) questões objetivas, de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas de resposta - A, B, C, D, E - das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta. Confira a impressão e o número das páginas do Caderno de Questões. Caso necessário solicite um novo caderno.
3. As questões deverão ser resolvidas no caderno de prova e transcritas para o Cartão Resposta utilizando caneta esferográfica, tubo transparente, com tinta indelével, de cor azul ou preta.
4. Não serão prestados quaisquer esclarecimentos sobre as questões das provas durante a sua realização. O candidato poderá se foro caso, interpor recurso no prazo definido pelo Edital.
5. O Cartão Resposta não será substituído em caso de marcação errada ou rasura.
6. Não será permitido ao candidato manter em seu poder qualquer tipo de equipamento eletrônico ou de comunicação (telefones celulares, gravador, smartphones, scanner, tablets, ipod, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, agenda eletrônica, notebook, palmtop, pen-drive, walkman, máquina de calcular, maquina fotográfica, controle de alarme (nenhum tipo), relógio de qualquer espécie, braceletes, etc.), mesmo que desligado devendo ser colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
7. Todo material deve ser acomodado em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.
8. Também não será permitida qualquer tipo de consulta (livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, anotações, régua de cálculo, etc.), ou uso de óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, lenço ou similares), ou o porte de qualquer arma. O não cumprimento dessas exigências implicará na eliminação do candidato.
9. Somente será permitida a sua retirada da sala após uma hora do início da prova que terá, no máximo, três horas de duração. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala até que todos concluem a prova e possam sair juntos.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo de transcrição para o Cartão Resposta é de 3 horas.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal.
12. Aguarde autorização para entregar o Caderno de Questões e o Cartão Resposta
13. Diante de qualquer dúvida você deve comunicar-se com o fiscal.

DURAÇÃO DA PROVA: 3 HORAS

Questão 01

Observe a charge a seguir e avalie as afirmações sobre a era da pós-verdade.



Fonte: https://1.bp.blogspot.com/-wc_23WpZx_g/WOOCyUe8auI/AAAAAAAAAIPg/fco004G-7ngjgcfqJtBVU62s3YwGfo-1ACLcB/s1600/duke.jpg

Sobre a era da pós-verdade, avalie as afirmações a seguir.

- I. Para alguns especialistas do tema, dois marcos relevantes da Era da Pós-Verdade foram a eleição de Donald Trump e a saída do Reino Unido na União Europeia.
- II. Em algumas redes sociais, como o Facebook, os conteúdos mais curtidos e compartilhados têm maior alcance, o que facilita a disseminação de conteúdos falsos na internet.
- III. As bolhas virtuais é um termo que se refere ao isolamento do indivíduo, na dimensão virtual, dentro de suas crenças, restringindo o seu contato com pessoas que pensam de forma diferente.
- IV. O ser humano está numa era de culto à mentira ao preferir informações vagas e imprecisas do que embasadas e concretas.

Está correto o que se afirma em:

- A) II, III e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) III e IV, apenas.

Questão 02

Leia atentamente a notícia a seguir sobre a Lei da Terceirização.

Lei da Terceirização e Trabalhista

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu hoje (3) que a terceirização de empregados na atividade-fim das empresas não pode ser aplicada em contratos que foram assinados e encerrados antes da Lei das Terceirizações, sancionada, em março pelo presidente Michel Temer. Com a decisão, empresas que não cumpriram a regra do TST, editada antes da lei, que proibia contratação interposta de trabalhadores, podem responder pela ilegalidade se forem acionadas judicialmente por não manterem vínculo com o trabalhador na área-fim. A questão foi decidida pela primeira vez no TST por um dos colegiados especializados por dissídios coletivos. Na ação, uma empresa de telemarketing pretendia mudar a declaração de ilegalidade no contrato de terceirização de serviços de cobrança com um banco. Por unanimidade, os ministros decidiram manter a ilegalidade na contratação.

Sobre a Lei da Terceirização e a nova Lei Trabalhista, avalie as afirmações a seguir.

- I. Um dos pontos mais polêmicos da lei da terceirização é que o novo regimento permite terceirizar todas as atividades da empresa, inclusive a atividade fim.
- II. A regra do trabalho intermitente, incluída na nova reforma trabalhista, refere-se ao acordo entre empregado e empregador na definição das jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais.
- III. A nova lei trabalhista permite que o empregado decida se deseja recolher a contribuição sindical.
- IV. Na nova lei do trabalho, empregados de baixa renda, quando derrotados em processos trabalhistas, não serão obrigados a arcar com os custos do processo judicial.

Está correto o que se afirma em:

- A) I e IV, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I e II, apenas.

Questão 03

Leia atentamente a notícia a seguir.

Nomofobia: quando o uso de tecnologias vira doença

Como muitos de sua geração, o estudante L.L., 29 anos, ama computadores. Mas o apego à tecnologia começou a afetar os estudos, o trabalho, o relacionamento com a família e amigos. Virou uma forma de evitar as pessoas. Foi quando viu que precisava de ajuda. L.L. sofre de dependência digital, ou nomofobia (do original “no mobile fobia”), uma patologia com consequências psíquicas, sociais e físicas. Em setembro, ele iniciou o tratamento no Instituto Delete, o primeiro do Brasil especializado em detox digital e que presta atendimento gratuito. Instalado no Instituto de Psiquiatria (IPUB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Delete foi criado em 2013 pela psicóloga Anna Lucia King e desde então avaliou 800 pessoas com algum tipo de dependência tecnológica. “Comecei a perceber que os pacientes tinham dependência de tecnologias como celular, computador. Uma dependência não natural, mas relacionada a algum transtorno. Pode ser transtorno de ansiedade, pânico, obsessão compulsiva, fobia”, explica Anna Lucia, que cita WhatsApp, Facebook, Instagram e jogos on-line como as tecnologias com maior registro de dependência. O objetivo do tratamento não é demonizar as tecnologias, mas fazer com que os dependentes aprendam a usá-las de forma saudável. Exercícios, trocas de experiências e ensinamento da chamada “etiqueta digital”, ou seja, as boas práticas no uso das tecnologias, ajudam a transformar o uso abusivo em consciente. No Brasil, a nomofobia ainda é um tema relativamente novo, mas Coreia do Sul, Japão e China já consideram essa dependência um problema de saúde pública e têm centros de reabilitação.

Fonte: Adaptado de <https://www.opovo.com.br/noticias/tecnologia/2017/11/nomofobia-quando-o-uso-de-tecnologias-vira-doenca.html>

De acordo com o texto apresentado, avalie as afirmações a seguir.

- I. O Brasil é o quarto país mais conectado do mundo em número de usuários na Internet, atrás da China, Índia e Estados Unidos.
- II. Pacientes e terapeutas do Delete acreditam ser possível viver em harmonia com as tecnologias.
- III. Além de problemas emocionais, a nomofobia também causa prejuízos físicos, como na musculatura do pescoço.
- IV. As interações do mundo real têm melhorado muito, assim como a qualidade de vida.
- V. A proposta do Delete Institute é fornecer cursos caros de desintoxicação digital para as pessoas.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.

- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e V, apenas.
- D) I, III e V, apenas
- E) II, IV e V, apenas.

Questão 04

Leia a notícia a seguir.

Operação Carne Fraca: A produção da carne no Brasil e a ética.

Em março deste ano, foi deflagrada a Operação Carne Fraca, uma ação da Polícia Federal e do Ministério Público para identificar irregularidades nos frigoríficos. Após dois anos de investigação, a polícia descobriu que fiscais agropecuários do Ministério da Agricultura participavam de um esquema de corrupção - cobravam propina em dinheiro para esconder eventuais problemas com a qualidade do produto que era destinado ao consumo local e também à exportação. Cerca de 30 empresas foram alvos da Polícia Federal, entre elas, a JBS (dona das marcas Friboi e Seara) e a BRF (dona da Perdigão e Sadia). Logo após a notícia, a população brasileira ficou com medo da qualidade e segurança da carne que estavam comprando nas gôndolas de supermercados.

De acordo com o texto apresentado, avalie as assertivas a seguir.

- I. A operação deflagrou carne com a bactéria salmonela, com data de validade vencida, com produto químico para disfarçar o que já apodreceu.
- II. Na operação, foi encontrada carne misturada com papelão, frango com absorção de água além dos limites permitidos.
- III. Depois de deflagrada a Operação Carne Fraca, outra operação chamou a atenção: o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) realizou a operação Carne Fria, que reacende o debate sobre a cadeia Industrial da carne e a sustentabilidade.
- IV. A operação carne fraca não apresentou impacto no mercado internacional, ao que se deve a forma como a notícia foi divulgada.
- V. As carnes irregulares eram vendidas apenas no Brasil devido a facilidade de manipulação.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) II e IV.
- D) II, III e V.
- E) III e V.

Questão 05

Leia atentamente o texto a seguir.

FAO: produção agrícola responde por pelo menos 20% das emissões de gases do efeito estufa

Em pronunciamento na 23ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP23, o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), José Graziano da Silva, alertou que as transformações do clima poderão arrastar milhões de pessoas para um ciclo vicioso de miséria e má nutrição. Até 2050, quedas na produção agrícola associadas às mudanças climáticas poderão elevar em 20% o risco de fome no mundo. A produção agrícola ocupa um lugar paradoxal na dinâmica climática – é afetada por suas oscilações, mas é também uma das maiores responsáveis pelas mudanças climáticas. Apesar dos desafios, Graziano afirmou que ainda há tempo para agir. Segundo ele, a comunidade internacional tem capacidade para erradicar a fome em todas as suas formas até 2030, tal como previsto pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). O segmento da produção de alimentos que mais emite gases do efeito estufa é a pecuária. Todavia, “é possível uma pecuária de baixo carbono”, enfatizou o chefe da FAO. A agência estima que técnicas de criação de gado aprimoradas, de fácil implementação, podem reduzir de 20 a 30% as emissões.

De acordo com o texto apresentado, avalie as assertivas a seguir.

- I. Consumimos mais que a capacidade do planeta em disponibilizar recursos de forma sustentável.
- II. No Brasil, o transporte de alimentos é setor que mais emite gases do efeito estufa.
- III. A biotecnologia e a revolução genética na agricultura e na indústria florestal ameaçam agravar as tendências à erosão da diversidade e à centralização que começaram com a Revolução Verde.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 06

A respeito da composição dos níveis escolares, a LDB 9394/96 regulamenta que:

- A) A educação escolar é composta pela Educação Básica.
- B) A Educação Básica é constituída pela educação infantil e pelo ensino fundamental.
- C) A educação infantil não faz parte da Educação Básica.
- D) A Educação Superior não faz parte da Educação Básica.
- E) A educação escolar é composta pela Educação Básica e pela Educação Superior.

Questão 07

As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para as etapas e modalidades da Educação Básica devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade. As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de:

- I. Desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e apenas a formação de atitudes e valores.
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- IV. Fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida familiar.
- V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Conforme a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, é correto o que se afirma em:

- A) I, IV e V, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, II e V, apenas.
- E) II, III, IV, apenas.

Questão 08

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e

dezoito anos de idade. Reza que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. No parágrafo único do Art. 4º afirma: A garantia de prioridade compreende:

- I. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- II. Crença e culto religioso.
- III. Brincar, praticar esportes e divertir-se.
- IV. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- V. Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

É correto o que se afirma em:

- A) I, IV e V, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, II e V, apenas.
- E) II, III, IV, apenas.

Questão 09

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96), são critérios da verificação do rendimento escolar:

- I. Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- II. Avaliação contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos.
- III. Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.
- IV. Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado.
- V. Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência durante o período de férias, para os casos de baixo rendimento escolar.

É correto o que se afirma em:

- A) I, II e V, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, IV e V, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

Questão 10

A Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e a Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008, alteraram a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, incluindo no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. O conteúdo programático previsto na LDB correspondente a esta temática, inclui diversos aspectos históricos e culturais que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, conforme verifica-se abaixo:

- I. A luta dos povos indígenas no Brasil.
- II. O negro e o índio na formação da sociedade nacional.
- III. A não inclusão social dos povos indígenas.
- IV. A cultura negra brasileira.
- V. A história da África e dos africanos.

As alternativas corretas, que correspondem aos conteúdos programáticos previstos na LDB, sobre a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” são:

- A) I, II, III e IV, apenas.
- B) I, II, III e V, apenas.

- C) I, III, IV e V, apenas.
- D) I, II, IV e V, apenas.
- E) II, III, IV e V, apenas.

Questão 11

A Resolução CNE/CP nº. 1, de 30 de maio de 2002 estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições, na inclusão de seus currículos.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- A) As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central assegurar a proteção aos direitos humanos dos povos.
- B) Cabe ao Ministério da Educação – MEC definir estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos.
- C) Os conhecimentos acerca da Educação em Direitos Humanos nos currículos da Educação Básica, deverão ser tratados exclusivamente, como conteúdo específicos de disciplinas já existentes.
- D) Os sistemas de ensino poderão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humano.
- E) A inserção de conhecimentos relativos à Educação em Direitos Humanos nos currículos da Educação Básica poderá ocorrer de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade.

Questão 12

A Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica, nos termos da Resolução CNE/CP nº. 2, de 15 de junho de 2012. Sobre a Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica, é correto afirmar que:

- A) A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica deve ocorrer como conteúdo dos componentes já constantes do currículo.
- B) O planejamento dos currículos não precisa levar em consideração as idades dos estudantes, basta considerar a sua diversidade sociocultural, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais.
- C) A Educação Ambiental nas instituições deve contemplar uma abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida, não relacionando a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social.
- D) A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica deve ocorrer unicamente pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental.
- E) O tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente.

Questão 13

As Diretrizes Curriculares Municipais de Brusque é um documento que “visa conduzir o processo de aprendizagem de forma intencional, organicamente concebida e dialogada, possibilitando o questionamento e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, tendo como finalidade a qualidade educacional e social” (BRUSQUE, 2012).

Diante de tal afirmação é correto afirmar que:

- A) As escolas municipais e estaduais deverão de organizar seu Projeto Político Pedagógico a partir dessas diretrizes.

- B) As diretrizes não são linhas gerais de ação, que poderão traçar um currículo mínimo que orientarão as etapas que constituem a educação deste município.
- C) É um currículo mínimo, é uma ação norteadora, que possibilita o desenvolvimento de um conjunto de práticas educacionais, envolvendo um ensino interdisciplinar e contextualizado.
- D) O currículo mínimo poderá engessar o processo de ensino e aprendizagem, mas não diminuir a liberdade de criação dos docentes.
- E) É simples selecionar o que ensinar, seguir apenas e à risca o currículo mínimo promovendo a inserção dos alunos na sociedade letrada.

Questão 14

Na perspectiva das Diretrizes Curriculares Municipais de Brusque, a Avaliação da Aprendizagem, reflete o que afirma Hoffmann, (1995. p.18): A avaliação é uma reflexão transformada em ação. A ação essa que nos impulsiona às novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento do conhecimento. Um processo interativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação.

Diante desta afirmação, é correto afirmar que:

- A) A avaliação acontece a partir de um olhar reflexivo do educador, de observações, de registros e análises, mas o que vale mesmo é a nota final.
- B) Este tipo de avaliação não possibilita um olhar reflexivo do educador diante das ações e da relação professor/aluno, aluno/aluno, mas se consolida na aplicação de provas e no registro de notas.
- C) É um movimento permanente, no qual o avaliador ao avaliar se avalia, priorizando sempre a nota final.
- D) Não haverá mais conteúdos soltos, fora do contexto, eles serão mobilizados no gênero ou vice-versa e as aulas deverão ser programadas em sequências didáticas e/ ou projetos didáticos.
- E) Na educação infantil e nos anos iniciais a concepção de avaliação somativa é que prevalece.

Questão 15

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), visando direcionar a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Desta forma, é um documento organizado a partir de:

- A) Algumas normas disciplinares que orientarão as escolas municipais e estaduais.
- B) Diretrizes que deverão ser ensinadas aos futuros professores nos cursos de licenciaturas e em programas de formação continuada.
- C) Um caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais e progressivas que os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.
- D) Comportamento que deve ser conhecido pelos professores nas escolas brasileiras.
- E) Um rol de conteúdos que podem ou não ser trabalhados pelos professores nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

Questão 16

Leia o texto abaixo.

[...] o mal não é senão a corrupção ou do modo, ou da espécie, ou da ordem naturais. A natureza má é, portanto, a que está corrompida, porque a que não está corrompida é boa. Porém, ainda quando corrompida, a natureza, não deixa de ser boa; quando corrompida, é má.

Fonte: AGOSTINHO, Santo. **A Natureza do bem**. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005, cap. 4.

Vemos em Santo Agostinho o problema ontológico do mal sendo investigado, e a conclusão chegada pelo filósofo de que os maniqueus erraram ao considerar o mal como um ser.

Com base nisso, avalie as proposições abaixo:

- I. O problema do mal é resolvido por Agostinho atribuindo a criação do mal a Deus.
- II. Agostinho de Hipona concorda com os maniqueus de que exista um mal ontológico, isto é, um mal enquanto ser existente e criado.
- III. O livre-arbítrio é condição necessária para o homem fazer o bem ou o mal, não existindo, portanto, o mal ontológico.
- IV. Não existindo o mal ontológico, o que existe é o livre-arbítrio, que leva o ser humano a escolher más ações, sendo o mal a ausência de bem e não algo existente por si mesmo.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) III, IV e V.
- E) II, IV e V.

Questão 17

Leia o texto abaixo.

Quando alguém forma a opinião verdadeira de qualquer objeto, sem a racional explicação, fica sua alma de posse da verdade a respeito desse objeto, porém sem conhecê-lo, pois quem não sabe nem dar nem receber explicação de alguma coisa, carece do conhecimento dessa coisa; porém se a essa opinião acrescentar a explicação racional, então ficará perfeito em matéria de conhecimento.

Fonte: PLATÃO. Teeteto. Trad. Carlos Alberto Nunes. Pará: Editora Universitária UFPA, 2001.

Dentro da concepção do problema epistemológico ou do conhecimento, pode-se afirmar que Platão, em seu diálogo Teeteto concebe o conhecimento como:

- A) A opinião verdadeira de qualquer objeto, sem a racional explicação.
- B) Uma crença verdadeira, mesmo que não justificada racionalmente.
- C) A sensação, juntamente com a opinião verdadeira.
- D) Crença (ou opinião) verdadeira e justificada, em que “crença” seria afirmação mental de uma alegação proposicional, a “verdade” seria a correspondência ou concordância daquela alegação com tudo aquilo sobre o que ela é, e a “justificação” se refere à ter uma boa razão ou aval para pensar que a alegação em questão é verdadeira.
- E) A opinião certa aliada ao conhecimento da diferença, sem necessidade da explicação racional

Questão 18

Leia o texto abaixo.

Desde a aurora da cultura ocidental (cujos começos se situam convencionalmente em tomo do século VIII a.C., na Grécia), a reflexão sobre o homem, aguilhada pela interrogação fundamental “o que é o homem?”, permanece no centro das mais variadas expressões da cultura: mito, literatura, ciência, filosofia, ethos e política. Nela emerge com fulgurante evidência essa singularidade própria do homem que é a de ser o interrogador de si mesmo, interiorizando reflexivamente a relação sujeito-objeto por meio da qual ele se abre ao mundo exterior. No campo filosófico, a interrogação sobre o homem toma-se o tema dominante na época da Sofística antiga (séc. V a.C.) e, a partir de então, acompanha todo o desenvolvimento histórico da Filosofia ocidental.

Fonte: LIMA VAZ, H.C. **Antropologia Filosófica I**, 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 1998, p. 9.

Considerando este contexto, avalie as seguintes asserções propostas e a relação entre elas:

I. A concepção de homem na cultura clássica baseava-se em dois traços fundamentais: o homem como um ser que fala e discorre e, o homem como ser político, traços que se relacionam intimamente

PORQUE

II. só enquanto dotado de Logos (enquanto capacidade de fala, discurso) o homem é capaz de entrar em relação consensual com seu semelhante e constituir a comunidade política.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.

Questão 19

Leia o texto abaixo:

Gosto é a faculdade de ajuizamento de um objeto ou de um modo de representação mediante um comprazimento ou descomprazimento independente de todo interesse. O objeto de um tal comprazimento chama-se belo.

Fonte: KANT, Immanuel. Crítica da Faculdade do Juízo. Tradução de Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1993, p. 55.

Com base no texto apresentado, conclui-se que

- A) Para Kant, os juízos estéticos, isto é, juízos sobre o que é belo, são objetivos e se encontram no objeto, e não no sujeito ou na sua semelhança com a ideia de objeto, como defendia Platão.
- B) Os juízos estéticos para Kant são pessoais e individuais, e vão variar de acordo com a comparação que se faz com outros tipos de beleza.
- C) O objeto belo, na perspectiva kantiana, é aquele que provoca no sujeito o prazer estético, completamente desinteressado.
- D) O belo para Kant é uma descoberta feita através da reminiscência de conhecimentos anteriormente adquiridos por participação nas ideias.
- E) Para Kant, a beleza é um dos aspectos do Bem, sendo portanto reflexo da própria beleza de Deus.

Questão 20

Leia o fragmento abaixo:

A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar. Esta sociedade, portanto, também está nos desígnios da natureza, como todas as outras que são seus elementos [...].

É, portanto, evidente que toda Cidade está na natureza e que o homem é naturalmente feito para a sociedade política.

Fonte: ARISTÓTELES. A política. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 11.

Nesse contexto, avalie as seguintes asserções:

- I. Aquele que, por sua natureza e não por obra do acaso, existisse sem nenhuma pátria, seria um indivíduo detestável, muito acima ou muito abaixo do homem

PORQUE

II. aquele que fosse assim por natureza só respiraria a guerra, não sendo detido por nenhum freio e, como uma ave de rapina, estaria sempre pronto para cair sobre os outros. Assim, o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra.

Acerca das asserções, assinale a alternativa correta:

- A) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- B) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é justificativa da primeira.
- C) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- D) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- E) Tanto a primeira como a segunda asserção são proposições falsas.

Questão 21

Conforme a teoria de Rawls, a única forma das pessoas em uma posição original escolherem os princípios justos – aqueles princípios que, pressupõe Rawls, seriam apresentados pela razão de cada um – seria imputar sobre esses legisladores iniciais um véu de ignorância, segundo o qual cada pessoa ignoraria todas as suas circunstâncias pessoais anteriores a essa situação hipotética. [...] Segundo essa proposta de Rawls, se fosse impossível para esses legisladores iniciais saberem se possuem terras ou não, seria mais fácil de ser concluído que a distribuição equitativa de terras é algo justo, haja vista que os legisladores teriam receio de – após ser levantado o véu de ignorância – descobrirem que não possuíam quaisquer bens materiais. Desse modo, o egoísmo é o ponto que motiva a necessidade do véu de ignorância para a obtenção dos princípios da justiça”.

Fonte: RABELO JUNIOR, Luis Augusto. **A justiça como equidade em John Rawls**. (adaptado). Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1075>. Acesso em 18/11/2017.

Com base no texto acima, avalie as proposições abaixo:

- I. O véu da ignorância é um conceito aplicado na política que se relaciona com a regra de ouro, que proclama que devemos tratar os outros do mesmo modo que gostaríamos de ser tratados, então, se um colega de trabalho é corrupto, não devo denunciá-lo, pois eu também não gostaria de ser denunciado.
- II. O véu da ignorância diz respeito a um exercício teórico de imaginarmos todos os cidadãos de um Estado em uma espécie de posição original em que as decisões acerca das políticas a serem adotadas são decididas, onde ninguém saberia de seus papéis na sociedade, de suas preferências sexuais, se será rico, pobre, negro, branco, estrangeiro, mulher, criança, idoso, garantindo imparcialidade, sobretudo na elaboração de políticas públicas.
- III. O véu da ignorância é uma posição em que as pessoas não sabem a sua posição na sociedade, “as partes ignoram raça e grupo étnico, sexo, ou outros dons naturais como força e inteligência”.
- IV. O véu da ignorância é uma forma de resolver uma dificuldade que aparece na discussão de qualquer concepção política de justiça: a de como determinar um ponto de vista a partir do qual se possa acertar um acordo equitativo entre pessoas livres e iguais.
- V. O véu da ignorância é uma forma de evitar que vantagens históricas contingentes e influências acidentais originadas no passado afetem acordos sobre princípios que devem reger a estrutura básica da sociedade.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I.
- B) I e II.
- C) II, III e IV.
- D) II, III, IV e V.
- E) I, III, IV e V.

Questão 22

O maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade: é o caso do poder de um Estado.

Fonte: HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p.70.

Acerca do poder do Estado em Hobbes, avalie as seguintes asserções propostas e a relação entre elas:

I. O que possibilita a saída do estado de natureza, permitindo a conservação humana e uma vida mais satisfeita é o pacto, tendo seu cumprimento garantido pelo poder absoluto do Estado

PORQUE

II. os pactos sem a força não passam de palavras sem substância, precisando de um poder ao qual cada um confiará como proteção contra todos os outros.

- A) A primeira asserção é uma proposição falsa e a segunda é uma proposição verdadeira.
- B) A primeira asserção é uma proposição verdadeira e a segunda é uma proposição falsa.
- C) As duas asserções são proposições verdadeiras.
- D) As duas asserções são proposições falsas.
- E) A segunda asserção é verdadeira e a primeira é justificativa da segunda.

Questão 23

Leia o texto abaixo.

A felicidade é uma atividade da alma conforme a virtude perfeita.[...] O sucesso ou o fracasso na vida não depende dos favores da fortuna, embora a vida humana também deva contar com eles, porém, o que constitui a felicidade são as atividades virtuosas, e as atividades viciosas nos conduzem à direção oposta.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 33, 36, adaptado.

Nesse contexto, podemos afirmar que a virtude para Aristóteles é:

- A) Um dom que nasce com a pessoa e que não depende de sorte ou fatores externos em geral.
- B) Uma característica encontrada nas pessoas que agem de acordo com um princípio de sabedoria prática e não racional, advinda das experiências individuais.
- C) Uma disposição de caráter relacionada com a escolha de ações e paixões, e consistente numa mediania, que é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática.
- D) A sabedoria prática independentemente da mediania, pois a virtude consiste no agir de acordo com princípios práticos e não com a racionalidade em si.
- E) Uma disposição de caráter relacionada com a escolha de meios adequados, que é determinada por um princípio sensível próprio do homem dotado de sabedoria especulativa.

Questão 24

Leia o texto abaixo.

A terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio já tem previsão para sair. O Ministério da Educação (MEC) espera entregar o documento ao Conselho Nacional de Educação (CNE) até novembro. A apresentação da Base da etapa foi adiada por conta da aprovação da Lei 13.415, que prevê a reforma do Ensino Médio, em fevereiro deste ano.[...] A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório, segundo o texto, dependerá de aprovação do CNE e

de homologação pelo Ministro de Estado da Educação. Esse é um dos motivos pelos quais as discussões da Base Nacional Comum Curricular do Médio ainda deve dar muito o que falar.

Fonte: SEMIS, Laís. MEC apresenta terceira e última versão da BNCC. **Revista Nova Escola**. 06 de Abril de 2017.

Quanto ao ensino de Filosofia de acordo com a segunda versão revista da proposta preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), avalie as proposições abaixo:

- I. A evocação pelos professores de Filosofia do Ensino Médio de sua anterior e implícita presença nos saberes escolares, pode facilitar uma inserção mais orgânica e integrada do componente no currículo escolar, mais precisamente a mobilização de procedimentos metodológicos e críticos próprios, sem os quais a Filosofia não cumprirá seu real papel formativo.
- II. Trata-se, para o estudante, de fazer a experiência de questionamentos explicitamente filosóficos, ora a partir da discussão filosófica de assuntos de interesse, ora por meio do contato direto com textos filosóficos.
- III. Seja ainda no enfrentamento de temáticas filosóficas ligadas aos campos da ontologia, da lógica e da retórica, da epistemologia, da ética, da política e da estética, os três últimos campos, não por acaso, usados como balizadores dos direitos gerais de aprendizagem que estruturam toda a BNCC. Tem-se aí uma boa medida da importância da Filosofia no projeto integral de formação básica ora proposto.
- IV. As bases curriculares nacionais propõem três unidades curriculares ao ensino de filosofia no ensino médio: 1. Introdução ao Pensar Filosófico, seus Caminhos e Culturas; 2. Opinião, Discurso e Conhecimento e; 3. Condição Humana e Responsabilidade Pelo Mundo, no entanto, com a Reforma do Ensino Médio, as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física não necessariamente estarão contempladas como disciplinas na grade. O que fica definido é que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, que ainda está sendo discutida e será responsável por 60% do currículo da etapa, incluirá obrigatoriamente conteúdos dessas quatro áreas nas aulas dos alunos dessa etapa.
- V. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio só terá valor até a aplicação da Reforma do Ensino Médio, a partir da qual cada escola terá total autonomia para gerir suas disciplinas e conteúdos.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) II, III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, II, III e IV.
- E) IV e V.

Questão 25

Leia o texto abaixo.

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. Após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais compreendem que no ensino de Filosofia deve haver o estudo da filosofia tradicional africana e de contribuições de filósofos africanos e afrodescendentes da atualidade

PORQUE

II. o Ministério da Educação vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro, sendo essas diretrizes parte dessas políticas afirmativas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E) As asserções I e II são proposições falsas.